

Pesquisa em Andamento

O ACESSO A UNIVERSIDADE PÚBLICA E OS CAMINHOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Research in Progress

UNIVERSITY PUBLIC ACCESS AND THE WAYS OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN IN BRAZIL

Hilda Maria Gonçalves da Silva¹

hilda_gs@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/8335350774395499>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)



RESUMO: O texto aqui desenvolvido aborda algumas das reflexões encaminhadas pelos estudos promovidos pela minha pesquisa de doutoramento, ainda em curso. Este texto tem como preocupação central compreender o baixo índice de jovens provenientes das escolas de educação básica da rede pública de ensino que buscam os vestibulares das universidades públicas como opção de prosseguimento dos estudos em nível superior. Como ampliação dessa preocupação, encontra-se o reduzido índice de jovens que freqüenta o ensino superior em nosso país. Nesse sentido, a recente avaliação do atual Plano Nacional de Educação demonstra que o acesso ao ensino superior permanece como um desafio para o Brasil, uma vez que não chega a 15% o número de jovens entre 17 e 24 anos matriculados nesse nível de ensino. A pesquisa aqui desenvolvida revela que houve um investimento significativo na ampliação do ensino superior privado, o qual hoje responde pela grande maioria das matrículas nesse nível de ensino, fato que não se estendeu ao ensino público. Há também uma distorção da idade/série dos adolescentes entre 15 e 17 anos, os quais em sua maioria (aproximadamente 53%) ainda freqüenta o ensino fundamental, o que conseqüentemente leva a outro dado, qual seja: somente 36,8% dos jovens entre 18 e 24 anos concluem o ensino médio. Finalmente, por outro lado, vale ressaltar que, 70% desses jovens entre 18 e 24 anos estão no mercado de trabalho e 50% deles só trabalham.

Palavras-chave universidade pública. Plano Nacional de Educação. educação – Brasil.

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação Escolar da Unesp/Araraquara. Docente do Centro Universitário Claretiano e Coordenadora Pedagógica de Educação Básica do Colégio Pestalozzi/Franca.

ABSTRACT: The text here developed, discusses some of the ideas forwarded by the studies promoted by my doctoral research in progress. This text has as its central concern to understand the low rate of young people from the schools of basic education in public schools that are seeking the public universities' entrance as an option for further studies in higher education. As an extension of this preoccupation, is the low rate of young people who attend higher education in our country. In this sense, the recent evaluation of the current National Education Plan demonstrates that access to higher education remains a challenge for Brazil since it does not reach 15% the number of young people between 17 and 24 years enrolled at this level of education. The research developed here shows that there was a significant investment in the expansion of private higher education, which today accounts for vast majority of enrollments at this level of education, a fact that did not extend to public education. There is also a distortion of the age / grade of adolescents between 15 and 17 years, which mostly (about 53%) still attends the school, which consequently leads to other data, that is: only 36.8% of young between 18 and 24 finish high school. Finally, on the other hand, it is noteworthy that 70% of those between 18 and 24 years are in the labor market and only 50% of them work.

Keywords: public university. National Education Plan. education - Brazil.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas promoveram uma forte intensificação do debate acerca da democratização do acesso à educação pública gratuita e de qualidade no Brasil. Alguns aspectos do contexto histórico favoreceram a esse processo de intensificação.

Em relação ao cenário internacional pode-se destacar a influência do avanço tecnológico, o qual possibilitou o desenvolvimento da microeletrônica e das telecomunicações, reduzindo as fronteiras das relações e do capital num ritmo sem precedentes.

Esse fenômeno, como é sabido, constituiu-se em um elemento decisivo para as novas exigências em termos de formação educacional da sociedade contemporânea. Isso porque, conhecimento e informação passaram a ser garantia de possibilidade de avanço tecnológico e de poder socioeconômico.

Nessa perspectiva, qualquer país que pretendesse alcançar competitividade econômica internacional, teria que cuidar da ampliação do acesso e da qualidade da educação. E, no caso dos países em desenvolvimento, estava em questão ainda a redução das desigualdades sociais internas que essa ampliação poderia potencializar.

Nota-se então que, nas últimas décadas, a influência da formação escolar nas possibilidades de ascensão social e econômica tornou-se muito mais intensa. Vale ressaltar que essa influência já existia, mas nesse contexto ela se tornou ainda maior.

Por outro lado, no âmbito nacional, o processo de democratização vivenciado no Brasil a partir da década de 1980, exerceu forte influência no debate acerca da ampliação do acesso à educação básica pública gratuita e de qualidade. Em que pese todo o contexto de redução do Estado do Bem Estar Social, vivenciado nesse período tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, houve em nosso país um avanço significativo em relação ao acesso das camadas populares à educação escolar pública e gratuita.

Nessa perspectiva, as preocupações relativas ao restrito número de jovens que têm acesso ao ensino superior no Brasil, encontram-se permeadas pelas questões referentes ao processo de expansão da educação escolar como um todo, vivenciado em nosso país nas últimas décadas. Em linhas gerais pode-se afirmar que na década de 1990 o avanço mais significativo do acesso e da permanência na escola esteve focalizado no ensino fundamental.

Nesse sentido, os investimentos públicos para educação também se encontraram focalizados nesse nível de ensino. Um bom exemplo disso é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)/1996-2006 - que teve seus recursos voltados para o ensino fundamental. As orientações do Fundo procuraram garantir que tanto as secretarias de educação como as instituições voltassem suas atenções para esse nível de ensino (RODRIGUEZ, 2001).

Desse modo, o ensino médio que é a etapa imediatamente anterior ao ensino superior, objeto das preocupações dessa pesquisa, embora tenha apresentado inicialmente um significativo crescimento, influenciado pelo avanço do ensino fundamental, continua ainda hoje restrito a menos da metade da população com idade até 24 anos.

Nos últimos anos algumas iniciativas têm apontado para uma maior preocupação das políticas educacionais com a questão do acesso ao ensino médio. De um lado, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), passou-se a valorizar os investimentos em todos os níveis da educação básica, incluindo o ensino médio nas preocupações, tanto das instituições, como das secretarias de educação. De outro lado, a Emenda Constitucional n. 59, de novembro de 2009, procurou assegurar a obrigatoriedade da educação básica e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, a qual, anteriormente, se restringia ao ensino fundamental.

No que se refere ao ensino superior, o setor privado apresentou um acelerado crescimento nas últimas décadas, crescimento esse que não foi acompanhado pelo ensino público. Em consonância com esse crescimento, observou-se que os investimentos oficiais estiveram voltados para a ampliação do acesso ao ensino superior particular, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que procurou incorporar em sua regulamentação, a maioria das reivindicações dos setores privados, como apontam Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 130):

O texto da MP 213 (13.09.2004) do Prouni adotou quase todas as propostas das IES privadas. O caput do Atg 1º previa a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (BRASIL PODER EXECUTIVO 2004), Ainda não fora atendida a reivindicação de bolsa parcial de 30% e 20%, mas a meia bolsa (50%) já representava vitória do setor. As rendas limite foram ampliadas de 1 para 1,5 s.m. (bolsa integral) e criou-se um limite de 3 s.m. (bolsa parcial). Foram acrescentados alunos com necessidades especiais como destinatários e conforme demanda do Semesp, aqueles que cursaram todo o ensino médio como bolsistas integrais em instituições privadas.

Nessa mesma perspectiva, pode-se notar, ainda hoje, que programas como o PROUNI destinam-se muito mais ao atendimento dos estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, que à ampliação do atendimento aos estudantes das instituições públicas.

Em relação a ampliação do setor, o quadro abaixo revela a disparidade entre o crescimento das matrículas nas IES públicas e particulares:

	PÚBLICAS	PARTICULARES	TOTAL
1996	735.427	1.133.102	1.868.529
2008*	1.273.965	3.806.091	5.080.056

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ENTRE 1996 E 2008

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da sinopse estatística do INEP/educação superior.

* Os dados de 2008 referem-se somente às matrículas de cursos de graduação presenciais.

A observação do quadro não deixa dúvidas quanto à tendência muito mais expressiva de ampliação do setor privado em relação ao setor público no que se refere à educação superior. Tal tendência encontra-se em oposição ao que se observa na educação básica como um todo (desde a educação infantil até o ensino médio), na qual o crescimento público é mais significativo que o verificado nas instituições privadas. Senão vejamos: enquanto as matrículas das IES públicas apresentaram um crescimento de aproximadamente 70% no período compreendido pelo quadro, o alunado das IES particulares cresceu cerca de 240% no mesmo período.

Essa diferença entre as matrículas, a qual revela um crescimento da oferta de educação superior pública quase quatro vezes menor que o avanço do setor privado, leva a crer que ainda não há por parte dos órgãos oficiais uma real preocupação com a oferta de ensino superior público e gratuito.

Educação Básica: avanços e permanências

Na década de 1990 assistiu-se a universalização do ensino fundamental, bem como a uma importante ampliação das matrículas no ensino médio. Nessa perspectiva, Romualdo Portela Oliveira (2007, p. 669) demonstrou que houve um crescimento de aproximadamente 71% nas matrículas do ensino fundamental entre 1975 e 2002. Ainda, segundo Portela, esse crescimento significou a presença de 97% da população entre sete e catorze anos frequentando a escola. Nas palavras do autor:

[...] nessas últimas três décadas, praticamente universalizou-se o atendimento de toda a população no ensino fundamental. Além disso, durante a década de 1990, foi reincorporada substantivamente parcela de alunos excluídos ou que não haviam, ainda ingressado no sistema

escolar. Concomitantemente ao final dos anos 1990, ao cair a taxa de matrícula bruta no ensino fundamental, generaliza-se a melhoria dos índices de conclusão, observados primeiramente nos estados do Sudeste, notadamente em São Paulo e Minas Gerais. Isso significa que, além de reincorporarem setores anteriormente excluídos da escola ou com início tardio do processo de escolarização, as taxas de sucesso no ensino fundamental cresceram visivelmente.

Pode-se afirmar, então, que a questão do acesso ao ensino fundamental em nosso país está praticamente equacionada. Em relação ao ensino médio, percebe-se uma certa ambigüidade no que se refere ao avanço do acesso, o qual não alcançou até o momento nem a metade da população acima de 15 anos.

Desse modo, embora, a expansão do ensino médio nas últimas décadas tenha sido significativa, ainda hoje persistem muitos entraves relativos a ampliação do acesso a esse nível de ensino.

Alguns dados disponibilizados nas sinopses estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) podem auxiliar na compreensão das ambigüidades presentes no avanço do acesso ao ensino médio em nosso país. Assim, a sinopse de 1991 apontava 3.772.698 estudantes matriculados no ensino médio, enquanto em 1999 eram registradas 7.769.199 matrículas nesse nível de ensino. Ou seja, em nove anos observou-se um crescimento superior a 100% no índice dessas matrículas.

Por outro lado, a década seguinte promoveu um avanço ínfimo do número de matrículas no ensino médio. Os dados do INEP de 2000 contabilizaram 8.192.948 matrículas contra 8.288.520 em 2009, um crescimento que não alcançou 2% em dez anos.

Nessa década, as matrículas oscilaram ao longo dos anos. Ou seja: até o ano de 2004 houve avanço nos índices, que chegaram a registrar 9.169.357 de matrículas, entretanto no ano de 2005 esses dados começaram a recuar, chegando aos 8.288.520 matriculados em 2009, conforme já apontado acima.

Seria possível deduzir que essa significativa desaceleração das matrículas no ensino médio estivesse ligada a equalização do acesso a esse nível de ensino. Contudo, os dados do Relatório de Monitoramento da Educação para Todos no Brasil,

elaborado em 2008 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), demonstraram que somente 46,9% dos adolescentes, entre quinze e dezessete anos, freqüentavam esse nível de ensino. Esse Relatório levantou ainda que apenas 36,9% dos jovens entre 18 e 24 anos possuíam ensino médio. (RELATÓRIO..., 2008).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, em relação ao ensino médio, o problema da ampliação do acesso persiste, uma vez que a maioria dos jovens não chega a concluir esse nível de ensino.

O acesso restrito ao ensino superior

Hoje, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2009, somente 13,9% dos jovens entre 18 e 24 anos freqüentam o ensino superior. Vale lembrar que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/2008, do total de jovens em idade imediatamente superior, ou seja, entre 25 e 29 anos, 87,7% estão fora da escola.

É preocupante a restrita abrangência do ensino superior em nosso país. Em alguns países da América Latina como a Argentina e o Chile os índices do ensino superior são infinitamente maiores. Isso para ficarmos em uma comparação com países mais próximos do nosso em termos geográficos e de desenvolvimento econômico.

Macedo et.al. (2005) já alertava para a disparidade entre o acesso à educação superior no Brasil e nos países vizinhos ao nosso: “enquanto Argentina, Uruguai, Bolívia e México têm respectivamente 48, 34, 33 e 20% de jovens entre 18 e 24 anos freqüentando o ensino superior o percentual brasileiro mal chega a 15%”. E passados cinco anos ainda não chegamos nem aos 15% de estudantes.

Os dados do Compêndio Mundial da Educação (UNESCO, 2009, p. 28) demonstraram que o Brasil encontra-se situado entre os países que apresentam as mais baixas taxas de fluxo da educação superior. Ou seja, tanto o índice de estudantes como de concluintes desse nível de ensino em nosso país apresentam taxas bastante tímidas.

Um dos entraves a ampliação do acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior é o ainda baixo índice de adolescentes que concluem o ensino médio. Uma vez que o ingresso no ensino superior exige a conclusão do ensino médio, é

imprescindível que haja um avanço substancial nos percentuais (36,8%) de jovens que possuem ensino médio completo, para viabilizar o investimento na ampliação do acesso ao ensino superior.

Iniciativas como o FUNDEB e a Emenda Constitucional nº 59, já mencionadas anteriormente, sinalizam para um processo que em médio prazo pode levar a universalização do atendimento no ensino médio.

Por outro lado, o impacto das iniciativas referentes ao acesso ao ensino superior tem sido ínfimo, especialmente no que se refere ao ensino superior público. Esse baixo investimento fica claro quando observamos o baixo crescimento relativo tanto das instituições como das matrículas do ensino superior público. A sinopse estatística do INEP de 2008 revela que das 2.252 instituições de ensino superior brasileiras somente 236 são públicas e conforme revelou o quadro 1 supracitado, apenas 25% das matrículas nesse nível de ensino são públicas. Acrescente-se ainda que o número de cursos públicos presenciais de graduação não chega a 30% (6.772) do total de 24.719 cursos.

Esse quadro brasileiro, de um ensino superior predominantemente privado, traz em seu bojo uma concepção mercadológica da educação, a qual está voltada para alcançar a maior produção com o menor custo. Tal concepção pode ser traduzida, principalmente, pelo processo de formação aligeirado e pela dissociação entre ensino, pesquisa e extensão.

Em síntese, vivencia-se no âmbito da educação superior das últimas décadas um processo de privatização, via massificação, precarização e descaracterização do papel social desse nível de ensino Chauí (2001).

Finalmente, a análise desenvolvida até aqui demonstra (e faz saltar aos olhos) a necessidade da organização de uma proposta Oficial, planejada e de longo prazo visando à ampliação do acesso ao ensino superior em nosso país e a valorização da universidade pública gratuita e democrática. Vale ressaltar que, tal proposta não pode se configurar em um programa de governo, mas em um projeto de Estado. Ou seja, é preciso construir um projeto que sobreviva aos governos e garanta um contínuo avanço da inclusão dos jovens na educação superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 2009.

_____. MEC. INEP. **Sinopses Estatísticas dos Censos da Educação Superior de 1996/2008**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>>. Acesso em: 10 maio 2010.

_____. **Sinopse Estatística do Censo Educacional do ano de 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp> link 2007 resultados_censo2007.pdf>. Acesso em: 5 out. 2009.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CATANI, Afrânio; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP. 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007b.

_____. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp. 2007.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

RELATÓRIO de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? Brasília, DF: UNESCO, 2008.

RODRIGUEZ, Vicente. Financiamento da educação e políticas públicas: o Fundef e a política de descentralização. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v. 21, n. 55, p. 42-57, 2001.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, 2001.

UNESCO. **Compendio Mundial de la Educación 2009**: comparación de las estadísticas de educación en el mundo. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/template/pdf/ged/2009/GED_2009_SP.pdf>. Acesso em: 2009.